



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Associação Brasileira das Indústrias de Tapetes e Carpetes - ABRITAC, inscrita no CNPJ 00.611.211/0001-60, nos termos do seu Estatuto Social, artigos 32º e 34º, convoca todos os seus associados a comparecerem para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em sua sede social na Rua Marquês de Itu, 968 - Vila Buarque - São Paulo - SP, no dia 27 de março de 2018 (3º-feira) às 15h, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, ou não havendo quórum, às 15h30, em segunda convocação, com no mínimo 1/3 (um terço) dos associados, para deliberar sobre: 1) Nova redação do Estatuto Social: alteração em alguns artigos do atual Estatuto.

OBS.: SALIENTAMOS A IMPORTÂNCIA DA PRESEÇA DE TODOS POR SE TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM.

LEANDRO LUIZ GARRIDO
Presidente ABRITAC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Associação Brasileira das Indústrias de Tapetes e Carpetes - ABRITAC, inscrita no CNPJ 00.611.211/0001-60, nos termos do seu Estatuto Social, artigo 32º, convoca todos os seus associados a comparecerem para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em sua sede social na Rua Marquês de Itu, 968 - Vila Buarque - São Paulo - SP, no dia 27 de março de 2018 (3º-feira) às 13h30min, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados, ou não havendo quórum, às 14h, em segunda convocação, com no mínimo 1/3 (um terço) dos associados, para deliberar sobre: 1) Apresentação do relatório, balanço e contas do exercício de 2017.

OBS.: SALIENTAMOS A IMPORTÂNCIA DA PRESEÇA DE TODOS POR SE TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE COMUM.

LEANDRO LUIZ GARRIDO
Presidente ABRITAC

ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS PARA O SEMI ÁRIDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Associação Programa um Milhão de Cisternas para o Semiárido (APIMC) torna público, resultado FINAL Retificado ref. ao Edital de Chamada Pública nº 06/2017 para seleção de entidades privadas sem fins lucrativos para a prestação de serviços à APIMC de apoio à execução do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Programa P1+2. Retificamos o resultado final ref. ao lote RN 03, por motivo de desistência do 1º colocado, convocamos por ordem de classificação o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários - SEAPAC, CNPJ nº 70.035.209/0001-76, 6 pontos. Ratificamos que os RESULTADOS dos demais lotes deste edital, permanecem inalterados. O Resultado consta no sítio da APIMC www.ap1mc.org.br.

Recife, 14 de março de 2018
ÍRIS ELIZABETH DE SANTANA
Presidente da Comissão

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA IMPRENSA NACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Associação dos Servidores da Imprensa Nacional (Asdin), no uso de suas atribuições e na forma do disposto no Artigo 18, Inciso I, letra a, do Estatuto Social da Asdin, convoca todos os associados para Assembleia-Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27/03/2018 (terça-feira), a partir das 15 horas, no Auditório Carlos Mota, no SIG, Quadra 6, Lote 800, para deliberação sobre a seguinte pauta: a) prestação de contas referente ao ano fiscal de 2017, e b) eleições dos membros da Comissão de Ética (Art.72). A Assembleia Geral será considerada instalada em primeira convocação quando 1/3 (um terço) dos associados se fizerem presentes na hora de sua realização prevista no edital ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após aquele horário, com qualquer número de associados presentes (Estatuto da ASDIN, art. 18º parágrafo 3º). Não poderão ser apreciadas matérias estranhas às incluídas na ordem do dia constante deste edital de convocação, sendo considerada nula qualquer deliberação acerca do assunto (Art. 19 do Estatuto). Para poder oferecer proposição, votar e ser votado na Assembleia Geral, o associado deverá estar em pleno gozo de seus direitos e em dia com suas obrigações para com a Associação, devendo ainda se identificar e assinar o livro de presença.

JOSE GERALDO GUERRA
Presidente

JULIO MOREIRA SILVA
Primeiro Secretário

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

EDITAL CONVOCAÇÃO GERAL Nº 7/2018 - SARAH BRASÍLIA/DF

A ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação torna público que realizEDITAL

CONVOCAÇÃO GERAL Nº 007/2018 - SARAH BRASÍLIA/DFará Seleção de Empresas, com a finalidade de contratar prestadora de serviços especializada para Fornecimento, Instalação e Montagem de blindagens magnética e de radiofrequência em salas de Ressonância Magnética das Unidades da Rede SARAH de Salvador - BA e Sarah São Luís - MA. O Edital está à disposição no endereço: SMHS Q. 301 - Bloco B - Nº 45 - Entrada A - 4º andar - Edifício Pioneiras Sociais - Área de Recursos Materiais - Brasília/DF - CEP: 70335-901. Duvidas ou pedidos de esclarecimentos comerciais com o sr. Angelo Garcez da Luz, telefone: (61) 3319-1404 e-mail: angelogarcez@sarah.br ou Mário Antonio de Souza Martins, telefone (61) 3319-1543, e-mail: martins@sarah.br

ÂNGELO GARCEZ DA LUZ
Responsável pela Área de Recursos Materiais

MÁRIO ANTONIO DE SOUZA MARTINS
Responsável pela Área de Recursos Materiais

AVISO DE COLETA DE PREÇOS Nº 9/2018 - SARAH BRASÍLIA/DF

A ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação torna público que realizará Seleção de Empresas, com a finalidade de contratar empresa especializada na Prestação de serviços de Instalação Hidráulica, Interligação de Bombas e Instalação dos Sensores da Rede de Agua Fria das Ressonâncias Magnéticas, nas instalações da Associação das Pioneiras Sociais, Hospital Sarah Centro-Brasilia/DF. O Edital está à disposição no endereço: SMHS Q. 301 - Bloco B - Nº 45 - Entrada A - 4º andar - Edifício Pioneiras Sociais - Área de Recursos Materiais - Brasília/DF - CEP: 70335-901. Duvidas ou pedidos de esclarecimentos comerciais com o sr. Angelo Garcez da Luz, telefone: (61) 3319-1404 e-mail: angelogarcez@sarah.br ou Mário Antonio de Souza Martins, telefone (61) 3319-1543, e-mail: martins@sarah.br

ÂNGELO GARCEZ DA LUZ
Responsável pela Área de Recursos Materiais

MÁRIO ANTONIO DE SOUZA MARTINS
Responsável pela Área de Recursos Materiais

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE S/A

AVISO DE LICENÇA

A CELSE - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE S.A., CNPJ: 23.758.522/0001-52, sediada na Rod. SE-100, Barra dos Coqueiros, SE, CEP 49.140-000, e com unidade administrativa na Avenida Ministro Geraldo Barreto, Jardins, SE, CEP 49026-010, torna público que REQUEREU ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mediante processo de nº 02001.102580/2017-41, a Licença de Instalação das Instalações Offshore de Gás Natural, Adutora e Emissário Submarino, na região de interface terra-mar da Praia do Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe. Cabe indicar que foi determinado estudo de impacto ambiental para o referido empreendimento.

A CELSE - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE S.A., CNPJ: 23.758.522/0001-52, sediada na Rod. SE-100, Barra dos Coqueiros, SE, CEP 49.140-000, e com unidade administrativa na Avenida Ministro Geraldo Barreto, Jardins, SE, CEP 49026-010, torna pública que RECEBEU do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mediante processo de nº 02001.102580/2017-41, a Licença de Instalação nº 1201/2018, com validade de 02 anos, prazo contado a partir de 28 de fevereiro de 2018, para a atividade de implantação da Casa de Bombas e Canteiros de Obras das Instalações Offshore de Gás Natural, na região de interface terra-mar da Praia do Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe.

Barra dos Coqueiros, 7 de Março de 2018.
ROBERTA DIAS OLIVEIRA
Supervisora Administrativa

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

CNPJ Nº 04.724.690/0001-82

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Ativo	16.970.998,21	19.125.101,53
Circulante	16.346.971,97	18.136.299,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.695.975,18	4.923.195,42

Bancos/caixa - recursos com restrição	37.189,95	1.166,48
Aplicações Financeiras - recursos com restrição	14.658.785,23	4.922.028,94
Outros Valores a Receber	1.650.996,79	13.213.104,17
Clientes	1.429.297,32	12.738.915,26
Adiantamento a fornecedores	70.460,43	270.991,91
Impostos a recuperar	45,72	59.796,30
Adiantamento de férias	126.001,49	112.752,47
Outros créditos	4.193,68	2.582,23
Despesas do exercício seguinte	20.998,15	28.066,00
Não Circulante	624.026,24	988.801,94
Imobilizado	606.600,63	930.603,07
Bens próprios com restrição	3.890.854,45	3.898.176,16
(-) Depreciações acumuladas	(3.284.053,82)	(2.967.573,09)
Intangível	17.425,61	58.198,87
Sistemas Aplicativos - Software - com restrição	1.430.651,77	1.430.651,77
(-) Amortizações acumuladas	(1.413.226,16)	(1.372.452,90)

Passivo	2017	2016
Passivo	16.970.998,21	19.125.101,53
Circulante	2.060.318,01	3.152.091,50
Encargos sociais a recolher	228.239,22	235.744,66
Encargos tributários a recolher	189.474,81	161.156,82
Fornecedores	71.588,01	275.349,40
Provisão para férias e encargos	897.926,51	1.080.034,23
Provisão contratos de serviços	432.748,66	1.054.167,73
Outras contas a pagar	240.340,80	345.638,66
Patrimônio Social Líquido	14.910.680,20	15.973.010,03
Reservas	5.577.740,82	4.477.740,82
Reserva técnica - com restrição	5.577.740,82	4.477.740,82
Superávit Acumulados	9.332.939,38	11.495.269,21
Superávit de Exercícios anteriores - com restrição	10.395.269,21	20.382.779,21
Déficit/Superávit do Exercício - com restrição	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

	2017	2016
(+) Receita Bruta	21.895.837,17	15.721.668,07
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	15.218.016,00	11.595.310,00
Recuperação de despesas/ressarcimento	661.032,34	228.054,93
Serviços prestados a terceiros	6.016.788,83	3.828.303,14
Patrocínio	0,00	70.000,00
(-) Deduções da Receita Bruta	(970.505,19)	(371.194,43)
ISSQN sobre faturamento	(261.202,63)	(181.953,11)
Cancelamento de Notas Fiscais	(709.302,56)	(189.241,32)
(=) Receita Líquida	20.925.331,98	15.350.473,64
(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	(18.382.440,78)	(21.521.058,35)
Despesas gerais e administrativas	(1.830.724,68)	(1.666.565,14)
Despesas com pessoal e encargos	(11.052.554,01)	(14.101.539,05)
Serviços de terceiros	(1.920.478,80)	(1.569.061,66)
Aluguéis e arrendamentos	(2.218.661,21)	(2.764.159,28)
Impostos e Taxas	(190.468,21)	(64.605,28)
Diárias	(302.652,52)	(308.004,86)
Passagens	(453.008,83)	(349.646,11)
Promoções e eventos	(13.978,60)	(4.401,00)
Outras Despesas operacionais	(27.114,97)	(45.041,56)
Depreciações e Amortizações	(372.798,95)	(648.034,41)

(-) Despesas Operacionais - Outros Contratos	(4.107.331,98)	(3.344.428,18)
Despesas gerais e administrativas	(224.928,61)	(289.311,35)
Despesas com pessoal e encargos	(1.393.520,83)	(1.410.843,73)
Serviços de terceiros	(1.585.332,49)	(1.083.912,93)
Aluguéis e arrendamentos	(200.463,72)	(163.443,17)
Impostos e taxas	(4.678,92)	0,00
Diárias	(124.783,33)	(126.195,02)
Passagens	(542.699,39)	(247.438,10)
Promoções e eventos	(25.251,69)	(19.801,15)
Outras despesas operacionais	(5.673,00)	(2.190,00)
Depreciações e amortizações	0,00	(1.292,73)
(=) Resultado Operacional Bruto	(1.564.440,78)	(9.515.012,89)
(+/-) Resultado Financeiro	502.110,95	627.502,89
Despesas financeiras - contrato de gestão	(232.437,72)	(285.950,35)
Despesas financeiras - outros contratos	(70.780,48)	(40.133,68)
Receitas financeiras - contrato de gestão	568.522,93	720.846,92
Receitas financeiras - outros contratos	236.806,22	232.740,00
Déficit/ Superávit do Exercício	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2017	2016
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	372.798,95	649.327,14
Perdas por baixa de bens inservíveis	0,00	1.176,92
Variação nos saldos dos ativos:		
(Aumento)/Redução em clientes	11.309.617,94	942.633,62
(Aumento)/Redução em adiantamentos	200.531,48	(4.682,55)
(Aumento)/Redução em outras contas ativas	51.957,96	(86.508,54)
Variação nos saldos dos passivos:		
Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	20.812,55	(143.155,46)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	(203.761,39)	(301.128,00)
Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(182.107,72)	(158.407,62)
Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços	(621.419,07)	(638.604,72)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(105.297,86)	266.154,48
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.780.803,01	(8.360.704,73)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
(-) Compra do Ativo Intangível	(8.023,25)	(40.410,91)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(8.023,25)	(40.410,91)
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.772.779,76	(8.401.115,64)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.923.195,42	13.324.311,06
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14.695.975,18	4.923.195,42
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	9.772.779,76	(8.401.115,64)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
Saldo em 31/12/2015	36.196.368,01	(20.290.145,67)	8.954.297,69	24.860.520,03
Incorporação do Déficit 2015	(20.290.145,67)	20.290.145,67	0,00	0,00
Transferência para Reserva Técnica	4.476.556,87	0,00	(4.476.556,87)	0,00
Déficit do exercício	0,00	(8.887.510,00)	0,00	(8.887.510,00)
Saldo em 31/12/2016	20.382.779,21	(8.887.510,00)	4.477.740,82	15.973.010,03
Incorporação Déficit 2016	(8.887.510,00)	8.887.510,00	0,00	0,00
Transferência para Reserva Técnica	(1.100.000,00)		1.100.000,00	0,00
Déficit do Exercício	0,00	(1.062.329,83)	0,00	(1.062.329,83)
Saldo em 31/12/2017	10.395.269,21	(1.062.329,83)	5.577.740,82	14.910.680,20

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em Reais)

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília-DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 30 de junho de 2018. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação, foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação. No que tange ao Contrato de Gestão no ano de 2017, o 13º Termo Aditivo foi assinado em 24/10/2017 e todos os recursos previstos na programação de desembolso foram efetivamente recebidos no período, contudo a entrada desses recursos só ocorreram nos últimos meses do ano e a operacionalização do Centro só foi possível mediante a entrada de recursos pendentes de anos anteriores relativos ao 11º Termo Aditivo e da mobilização parcial da reserva técnica. As marcas das perdas sofridas pelo CGEE nos últimos anos, no quadro de colabores, no patrimônio social e na situação financeira, devem continuar visíveis nos próximos anos. Porém, há expectativa positiva de recuperação gradual, fato este já perceptível nos dois últimos anos com os aumentos orçamentários que apesar de relativamente baixo, inspiram um ar de recuperação financeira/orçamentária.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2017 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2017. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2017	2016
Banco/ Caixa - Contratos administrativos (com restrição)	37.189,95	1.166,48
Banco/ Caixa - Contrato de Gestão (com restrição)	0,00	0,00
Aplicações Financeiras- Contratos Administrativos (com restrição)	3.446.245,11	2.273.034,79



Aplicações Financeiras - Contrato de Gestão (com restrição)	11.212.540,12	2.648.994,15
Total	14.695.975,18	4.923.195,42

Nota 5 - Contas a Receber - Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2017	2016
ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	19.625,14	0,00
AES Tietê S/A	78.619,14	22.987,52
CAPEX - Fundação Coord. De Aperf.de Pessoal de Nível Superior	0,00	199.690,00
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	78.619,84	17.839,28
CESP Companhia Energética de São Paulo	587.642,24	204.133,98
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	17.839,28
COPEL Distribuição S/A	0,00	18.420,16
COPEL Geração e Transmissão S/A	0,00	1.993,24
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	44.915,96	40.826,80
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações	0,00	6.595.310,00
ME - Ministério dos Esportes	1.239.750,00	1.239.750,00
MEC - Ministério da Educação	0,00	5.000.000,00
(-) Perdas Estimadas	(619.875,00)	(619.875,00)
Total	1.429.297,32	12.738.915,26

No ano de 2017 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Dentro desse cenário verificou-se que no ano de 2017, não há elementos que corroboram com a necessidade de constituição de provisão de perdas estimáveis.

Nota 6 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entres outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 70.460,43 (R\$ 270.991,91 - 2016).

Nota 7 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	2017	2016
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.932.041,37	1.941.596,33
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	356.433,19	354.399,94
Benfeitoras em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações	-	(3.284.053,82)	(2.967.573,09)
Subtotal do Imobilizado	-	606.600,63	930.603,07
Intangível			
Sistemas Aplicativos de Software	20%-100%	1.430.651,77	1.430.651,77
(-) Amortizações	-	(1.413.226,16)	(1.372.452,90)
Subtotal do Intangível	-	17.425,61	58.198,87
Total do Imobilizado e Intangível	-	624.026,24	988.801,94

Nota 08 - Fornecedores: Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços

Fornecedores	2017	2016
ALELO - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	0,00	114.755,98
Caixa de Assistência Social da FIPECO	0,00	61.975,20
Centro Empresarial Parque Cidade	0,00	38.098,31
Office Administração e Serviços	0,00	35.420,16
Liferay Latin América LTDA	47.500,00	0,00
Outros Fornecedores	24.088,01	25.099,75
Totais	71.588,01	275.349,40

Nota 09 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2017 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 897.926,51 (R\$ 1.080.034,23 - 2016).

Nota 10 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2017, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2017 o valor correspondente a R\$ 432.748,66 a título de provisão (R\$ 1.054.167,73-2016).

Nota 11 - Outras Contas a Pagar

	2017	2016
Créditos a compensar	66.658,41	65.658,41
Ressarcimento - Pessoal Cedido	0,00	58.342,06
	0,00	58.342,06
Saldos bancários a compensar	174.682,39	221.638,19
Totais	240.340,80	345.638,66

a) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros. b) Saldos bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo. Ressarcimento de pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.

Nota 12 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como "OS" visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador ou instituição semelhante. Com relação a Reserva Técnica, o anexo I do Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2017) celebrado entre a União e o CGEE, estabeleceu uma recomposição do seu valor acrescentando para 2017 o montante de R\$ 1.100.000,00 totalizando no ano R\$ 5.577.740,82 (R\$ 4.477.740,82-2016)

Nota 13 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2017 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 15.218.016,00 (R\$ 11.595.310,00 - 2016), escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2017 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 6.016.788,83 (R\$ 3.828.303,14-2016). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2017	2016
ABDI - Agência Brasileira de Des.Ind.	350.548,06	0,00
AES TIETE S/A	374.070,33	322.958,61
BAESA - Energética Barra Grande S/A	277.500,64	130.258,45
Banco Mundial	0,00	76.500,00
CAPEX	735.700,00	315.300,00
CESP - Companhia Energética São Paulo	2.931.939,19	1.431.151,26
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	515.119,53	248.775,49
COPEL Distribuidora S/A	50.517,32	133.888,29
COPEL - Geração e Transmissão S/A	39.023,56	147.501,44
Companhia Sul Paulista de Energia	257.236,38	304.123,13
Embaixada do Reino Unido da Suécia	0,00	30.800,00
ENERCAM - Campos Novos Energia S/A	263.185,70	130.258,45
Growth Analysis	83.435,04	0,00
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	122.963,08	294.263,02
PNUMA	15.550,00	262.525,00
Agência Nacional de Águas	0,00	70.000,00
Totais	6.016.788,83	3.898.303,14

c) Cancelamento de Notas Fiscais - Das notas fiscais emitidas relativas aos contratos administrativos o montante de R\$ 709.302,56 (R\$ 189.241,32 - 2016) foram canceladas, conforme quadro abaixo:

QUADRO DE CANCELAMENTO DE NOTAS FISCAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2017	2016
ABDI - Agência Brasileira de Des.Ind.	31.440,00	0,00
AES TIETE S/A	0,00	51.195,60
BAESA - Energética Barra Grande S/A	78.832,68	5.870,68
CESP - Companhia Energética São Paulo	416.450,45	72.336,30
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	118.061,69	0,00
COPEL Distribuidora S/A	0,00	9.500,52
COPEL - Geração e Transmissão S/A	0,00	11.619,91
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	32.847,63
ENERCAN - Campos Novos Energia S/A	64.517,74	5.870,68
Totais	709.302,56	189.241,32

d) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2017 uma receita financeira de R\$ 805.329,15 (R\$ 953.586,92-2016) conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	512.045,92	227.983,15
Variações Monetárias Ativas	15,04	0,00
Descontos obtidos/Variações	56.461,97	265,20
Outras Receitas Financeiras	0,00	8.557,87
Totais	568.522,93	236.806,22
Total Geral	805.329,15	

Nota 14 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 22.792.990,96 (R\$ 25.191.570,56 - 2016), sendo R\$ 18.614.878,50 (R\$ 21.807.008,70 - 2016) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 4.178.112,46 (R\$ 3.384.561,86 - 2016) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 15 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 622.751,37 (Seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e um reais, trinta e sete centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2017. c) Fiscalização - Constatam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.853.709,21 (um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil, setecentos e nove reais, vinte e um centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31.12.2017. d) Compromissos e créditos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 7.663.611,87 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 818.202,36, que não configura no resultado do exercício em 2017, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, DF 31 de dezembro de 2017

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF 768.155.871-34

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência do
CGEE/OS

CPF 618.397.877-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Entidade apresenta um histórico de sucessivos e relevantes déficits operacionais e escassez de recursos por meio de novos projetos. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Processos judiciais e administrativos - Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 15, itens b) e c) às demonstrações contábeis, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos do processo da ação civil pública de improbidade administrativa e dos processos administrativos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de 2.475 mil, que os assessores jurídicos classificaram como perda possível. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, não incluem nenhum ajuste relativo a essa possível perda/desembolso dessas contingências. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Brasília, DF 29 de janeiro de 2018.

BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2 SP 013846/O-1-S-DF

ALFREDO FERREIRA MARQUES FILHO
Contador CRC 1 SP 154954/O-3-S-DF
PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2018, na sede do CGEE, foi realizada a quinagésima reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, DF 22 de fevereiro de 2018

ANTONIO ALBERTO PINHEIRO
Presidente

LAUDIR FRANCISCO SCHMITZ
Conselheiro

AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES
Conselheiro

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com o objetivo de estabelecer parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação. Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. As atividades do Centro estão voltadas para subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação entre os atores de CTI dos setores público e privado. Para a execução da agenda anual de trabalho o Centro mobiliza competências institucionais e individuais identificadas no País e no exterior de acordo com cinco Linhas de Ação: (1) Estudos, Análises e Avaliações; (2) Articulação; (3) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; (4) Disseminação de Informação em CTI; e (5) Desenvolvimento Institucional. No ano de 2017 o CGEE atendeu as metas pactuadas junto ao Órgão Supervisor (MCTIC) em um quadro ainda difícil do ponto de vista orçamentário e financeiro, adotando medidas de contenção de despesas e reforçando instrumentos de gestão de modo a manter o Centro dentro dos limites impostos pelas restrições fiscais e econômicas enfrentadas pelo País. Deu-se, portanto, atenção redobrada à redução dos custos operacionais e de manutenção, com foco na necessidade de recomposição da reserva técnica do Centro.

Novamente, no plano das decisões tomadas pela Diretoria e seguindo orientações do Conselho de Administração no início de 2017, optou-se por dar continuidade apenas aos projetos estruturantes e de maior relevância para o SNCTI, mantendo intactas as equipes técnicas voltadas para o desenvolvimento de processos inteligentes de monitoramento e análise em temas de natureza estratégica para o SNCTI. A permanência do quadro de restrições financeiras incontornáveis no curto prazo motivou a assinatura tardia



do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Esse instrumento foi firmado em outubro e prorroga, mais uma vez por um ano, o prazo de vigência do Contrato de Gestão vigente. Ainda assim, todas as metas estabelecidas para 2017 foram atingidas, graças a um substancial aumento da eficiência na execução dos projetos e a relativamente baixa necessidade de contratação de serviços técnicos especializados extramuros. Paralelamente aos esforços para a superação gradativa da crise, foi desenvolvido trabalho de modelagem do ciclo de vida dos projetos executados pelo CGEE, organizador e promotor da qualidade dos trabalhos conduzidos pelo CGEE. Este processo deverá ser submetido à certificação pela norma ISO 9001 em meados de 2018, constituindo-se em um importante "cartão de visitas" que posiciona o CGEE de forma competitiva no ambiente de realização de estudos estratégicos em CTI no Brasil e no exterior. Merece destaque o desenvolvimento de ferramenta para a gestão da carteira de projetos e serviços do Centro e a família Insight de ferramentas eletrônicas que tornam mais eficientes os processos finalísticos. Os efeitos das perdas sofridas pelo CGEE em 2015 e 2016 no quadro de colaboradores, no patrimônio social e na situação financeira, permaneceram visíveis. Mas destaca-se fortemente a atuação dos órgãos Supervisor e Interventivo no sentido de reverter esse quadro, aspecto gerador de expectativa positiva quanto ao papel do CGEE para o SNCTI, diante da complexidade crescente dos temas em CTI no Brasil e no mundo. Finalmente, cabe destacar que o Presidente do CGEE, Mariano Francisco Laplane, retornou ao seu órgão de origem (Unicamp) no final de agosto, tendo sido substituído pelo Diretor Executivo do Centro, de acordo com o disposto no Regimento Interno do CGEE.

Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.12 da Portaria MCTI nº 967/2011, apresentamos os saldos acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2017 a serem reprogramados para 2018.

Saldos Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2017 - Quadro Resumo*	
Saldos de exercícios anteriores	7.426.140,09
Créditos Líquidos recebidos no exercício 2017	23.078.446,88
Subtotal (A)	30.504.586,97
Desembolsos/Dispêndios no exercício 2017	(18.250.102,80)
Subtotal (B)	(18.250.102,80)
Compromissos a pagar	(7.207.863,17)
Subtotal (C)	(7.207.863,17)
Recuperação de despesas	643.087,71
Subtotal (D)	643.087,71
Total (A-B-C+D)	5.689.708,71
Saldo a reprogramar (A-B-C)	5.689.708,71
Composição:	
Reserva Técnica	5.577.740,82
Saldo de ações a serem continuadas	3.695.747,21
Saldo de ações concluídas	(3.899.182,96)
Excedente financeiro a repactuar	315.403,64
Total Composição Saldo	5.689.708,71

*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2017.

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora do CGEE/OS

CRC-TO 000 625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência do CGEE/OS

CPF 618.397.877-91

EVANDO MIRRA DE PAULA E SILVA
Presidente do Conselho de Administração do CGEE/OS

CPF 007.615.326-68

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2018

Pregão Eletrônico Tipo: Menor Preço Global. Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para Prestação de Serviços de Transporte acessível e convencional, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Data da sessão: 28/03/18 - Horário: 10:30h. Edital à disposição no endereço www.bec.sp.gov.br ou em www.cpb.org.br. Informações: (11) 3270-4522 e pregao@cpb.org.br.

CARLOS ROQUE ABRAHÃO
Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O CIMAMS - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - torna pública - que a Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições e com base no instrumento convocatório Processo Licitatório Nº 032/2017 Pregão Presencial por Registro de Preços Nº 019/2017, objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de serviços de infra estrutura de eventos (palco, tendas, banheiros químicos, e outros) para atender as necessidades dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE - CIMAMS. Vem através deste, Convocar as seguintes empresas: Walter Fraga Santana - ME, inscrita no CNPJ 25.372.472/0001-04; Minas Audio Sonorização & Eventos - EIRELI, inscrita no CNPJ 23.713.567/0001-00; e Espaço Negro Produções Ltda, inscrita no CNPJ 08.374.520/0001-76; através dos seus representantes legais, para uma sessão no dia 21 de março de 2018 às 09:15, para apresentação da Documentação de Habilitação. Tendo em vista a desistência do primeiro colocado do referido processo. Quaisquer informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38) 9 99970-3832, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br

EDMARCIO MOURA LEAL
Presidente do CIMAMS

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE - CIMAMS, torna pública a desistência da empresa Vanderlan Ferreira de Aguiar-ME, CNPJ: 07.700.599/0001-15, da Ata 016/2017, vencedora do Processo Licitatório Nº 032/2017 Pregão Presencial por Registro de Preços Nº 019/2017, objeto Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de serviços de infra estrutura de eventos (palco, tendas, banheiros químicos, e outros) para atender as necessidades dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da SUDENE - CIMAMS. Quaisquer informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38) 9 99970-3832, e-mail: licitacaocimams@yahoo.com.br

EDMARCIO MOURA LEAL
Presidente do CIMAMS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO SUL DO ESTADO DE ALAGOAS

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2018

CRENCIAMENTO no Estado de Alagoas, de Pessoas Jurídicas provadas ou filantrópicas e Cooperativas Médicas interessadas na prestação de serviços de assistência médica, médico-hospitalar, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, dos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal do Sul do Estado de Alagoas - CONISUL, conforme condições vigentes no Art. nº 25 da Lei Nº 8.666/93 e Decisão Nº 656/1995 - Plenário TCU. Credenciamento ONLINE no endereço eletrônico: www.conisul.com.br; Local de entrega dos Documentos de Habilitação: SETOR DE REGULAÇÃO MÉDICA - Av. Paulo Falcão Nº 1.143, Jatiúca, Maceió/AL, CEP. 57036-390, no horário das 08:00 às 13:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas; Período do CRENCIAMENTO: À partir do dia 15 (Quinze) de Março de 2018; O Edital de Chamamento Público encontra-se disponível no site www.conisul.com.br ou poderá ser retirado no SETOR DE REGULAÇÃO MÉDICA do CONISUL; Esclarecimentos: Tel. (82) 3022-2067 ou através do e-mail regulacao@conisul.com.br.

Penedo-AL, 15 de março de 2018.
CRISTIANA SIMÃO DE MOURA.
Presidente Da Comissão Técnica Especial

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE SOBRAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2.03.2018-CP - SRP

A Comissão Permanente de Licitação do CPSMS torna público, para conhecimento dos interessados que no próximo dia 04 de abril de 2018, às 09h00min, no auditório da Policlínica Bernardo Felix da Silva situada na Avenida Monsenhor Aloísio Pinto, s/n - Dom Expedito - CEP: 62.050-255, Sobral (CE), estará realizando licitação na modalidade SRP - Pregão Presencial, critério de julgamento menor preço por item, com o seguinte objeto registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática para atender a demanda do Centro de Especialidades Odontológicas Regional e da Policlínica Bernardo Felix da Silva, unidades geridas pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral, mediante Pregão Presencial, conforme especificações constantes no termo de referência e anexo I deste edital, o qual se encontra na íntegra na sede do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Sobral - CPSMS, localizado na Rua Padre Antônio Ibiapina, nº. 170, Centro, CEP: 62.010-750 Sobral/CE e nos sites www.cpsmsobral.com.br e www.tce.ce.gov.br/licitacoes.

Sobral - CE, 14 de março de 2018
RENÊ TOMAZ SOLON
Pregoeiro

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE BREJO SANTO

EDITAL Nº 1, DE 13 DE MARÇO DE 2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O CPSMBS torna pública a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 para contratação de profissionais de nível superior e médio, para lotação na Policlínica José Gilvan Leite Sampaio e Centro de Especialidades Odontológicas Manoel Inácio Torres, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Os interessados deverão retirar o edital pelo site: www.cpsmbrejosanto.ce.gov.br e dirigir-se a Av. Prefeito João Inácio de Lucena, 1800, Brejo Santo-CE, de 16 a 23 de março de 2018, no horário de 08h00min às 11h00min, 14h00min às 16h00min para efetuar a inscrição.

MARIA WELINADJA L. L. MIRANDA
Diretora Executiva do CPSMBS

COOPERATIVA BRASILEIRA DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS LTDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DE COOPERADOS

Pelo presente edital, ficam convocados os cooperados da Cooperativa Brasileira dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens Ltda - COBRASCAM, para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 26 de Março de 2018, às 9:00 horas em primeira convocação ou às 10:00 horas em segunda convocação e, em terceira e última convocação, às 11:00 horas, no auditório da Cooperativa localizado na Rodovia Presidente Dutra nº 555, Parada de Lucas - RJ para tratar da seguinte ordem do dia: a) Leitura da ata anterior; b) Prestação de Contas do exercício de 2017, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: 1 - Relatório da Diretoria; 2 - Demonstrativos de sobras ou perdas apuradas, com Parecer do Conselho Fiscal; c) Destinação das sobras apuradas; d) Plano de atividades para o ano de 2018; e) Eleição do Conselho Fiscal; f) outros assuntos de interesse da cooperativa.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2018.
NÉLIO SEBASTIÃO BOTELHO
Presidente

ENERGIA DOS VENTOS V S.A.

CNPJ/MF sob o nº 15.253.861/0001-59

RESULTADO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº CO.EDV.T.002/2018

O Complexo Eólico Fortim torna público o Resultado da Fase de Habilitação. As empresas ACCIONA WINDPOWER BRASIL e WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S.A foram HABILITADAS.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.
MARCUS VINICIUS DO NASCIMENTO
Diretor Técnico

CLÉCIO JOSÉ RAMALHO
Diretor Administrativo Financeiro